

TCU apura fraudes de prefeituras contra FNDE

Telefoto de J. França

MIRIAN LOMBARDO

BRASÍLIA — O Tribunal de Contas da União começa a investigar nos próximos dias todos os contratos firmados entre o Ministério da Educação e as prefeituras para o repasse de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação (FNDE). Os auditores e ministros do TCU, assustados com o grande número de irregularidades praticadas pelas prefeituras na administração dos recursos do FNDE, querem, através de uma auditoria operacional no Fundo, conhecer a extensão das fraudes. Já identificaram um caso em Medeiros Neto (BA), onde o ex-Prefeito Aldegundes Serapião de Souza comprou um carro para a Prefeitura com recursos do FNDE.

— Há uma verdadeira epidemia de desvios e má aplicação dos recursos federais — denuncia o Ministro Marcos Vilaça, que pediu uma inspeção extraordinária no FNDE.

Segundo o Ministro, os processos de prestação de contas que vêm sendo analisados pelo TCU demonstram que este tipo de fraude contra o FNDE acontece em todo o País. O problema, destaca, é muito maior do que os próprios ministros do Tribunal



Ministro Marcos Vilaça: epidemia de desvios e má aplicação de verbas federais

de Contas imaginavam e lembra as fraudes contra o INSS.

— Os recursos vêm sendo utilizados para todo o tipo de finalidade, menos para subsidiar a educação — afirma Vilaça.

Na semana passada, o próprio Marcos Vilaça foi relator da auditoria que constatou o desvio de recursos em Medeiros Neto. O ex-Prefeito Aldegundes Serapião foi condenado pelo TCU a restituir ao MEC a quantia de Cr\$ 36 milhões dentro de 30 dias.

● FRAUDES — O Ministro Carlos Chiarelli calcula que 40 mil das 201 mil bolsas do 1º Grau sejam irregulares, ao confirmar que a fraude é generalizada no caso do salário-educação. Há um mês, Chiarelli divulgou pesquisa mostrando que 36% de um lote de 10.514 bolsas têm irregularidades, e 70% são bolsas do Rio. Diante disso, o Ministério não liberou as parcelas estaduais do salário-educação, que seriam pagas em abril, e ordenou a auditoria nas 201 mil bolsas.